

Covid-19 e os sistemas alimentares nas agendas simbólicas dos Ministérios da Agricultura do Brasil, Chile e Colômbia

Covid-19 and food systems in the Agriculture Ministries' symbolic agendas of Brazil, Chile, and Colombia

Catia Grisa^{1,2*} , Fernanda Castilhos França de Vasconcellos¹ , Ingrid de Paula Marques² , Nicol Manuela García Gonzalez¹ , Isabela Zacher Narciso³ 

¹Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mails: catiagrisafrgs@gmail.com; franca.fernandac@gmail.com; nmgarciago@unal.edu.co

²Programa de Pós-graduação Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mails: ingridmarques201309@gmail.com

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mails: isabelanarciso47@gmail.com

Como citar: Grisa, C., Vasconcellos, F. C. F., Marques, I. P., García Gonzalez, N. M., & Narciso, I. Z. (2025). Covid-19 e os sistemas alimentares nas agendas simbólicas dos Ministérios da Agricultura do Brasil, Chile e Colômbia. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 63, e288204. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.288204pt>

Resumo: Diversos estudos argumentam que a pandemia de COVID-19 poderia ser um catalisador para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. Entre os atores envolvidos nesse debate, destaca-se a importância dos ministérios da agricultura na formação de agendas e políticas governamentais. Partindo dos debates sobre a definição de agendas, este artigo tem o objetivo de analisar como a pandemia de COVID-19 se manifestou na agenda simbólica e nas questões relacionadas aos sistemas alimentares priorizadas pelos ministérios da agricultura do Brasil, Chile e Colômbia, a partir dos conteúdos do Facebook publicados ao longo de 2020. Em termos metodológicos, propôs-se o mapeamento das postagens, seleção daquelas relacionadas à COVID-19, análise e classificação em categorias. Os resultados indicam que os ministérios dedicaram diferentes níveis de atenção à pandemia; no entanto, em todos os casos, a pandemia perdeu espaço na agenda simbólica no segundo semestre de 2020. Contrariando as expectativas de mudança transformadora, as postagens dos ministérios visavam manter as dinâmicas existentes nos sistemas alimentares.

Palavras-chave: pandemia de COVID-19, sistemas alimentares, definição de agendas, ministérios da agricultura, mídias sociais.

Abstract: Several studies have argued that the COVID-19 pandemic could be a catalyst for building sustainable food systems. Among the actors involved in this debate, we emphasize the significance of agriculture ministries in shaping governmental agendas and policies. Starting from debates on agenda-setting, this article analyzes how the Covid-19 pandemic manifested itself in the symbolic agenda and the issues related to food systems prioritized by the agriculture ministries of Brazil, Chile and Colombia, reflecting on the contents of Facebook throughout 2020. In methodological terms, the article mapped the posts, selected those related to the Covid-19, analyzed and classified into categories. The results indicate that the ministries paid different attention to the pandemic, however, in all cases, the pandemic lost space on the symbolic agenda in the second half of 2020. Contrary to expectations of transformative change, the ministries' posts aimed to maintain existing dynamics in food systems.

Keywords: Covid-19 pandemic, food systems, agenda-setting, agriculture ministries, social media.

1. Introdução

Em março de 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia de Covid-19. No dia 11 de março, a Organização Mundial da Saúde declarou oficialmente o estado de pandemia, influenciando e impactando a agenda e a tomada de decisão de todos os países. As preocupações com a disseminação do vírus, o funcionamento do sistema de saúde, a crise econômica e a segurança



alimentar tornaram-se centrais nas agendas públicas e governamentais (Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020a, 2020b; World Health Organization, 2020; Zahariadis, 2016a; Cobb & Elder, 1971).

Vários elementos colocaram em debate as dinâmicas do sistema alimentar: as origens da pandemia na criação de animais (Segata et al., 2021; Lytras et al., 2021); práticas agrícolas insustentáveis (Altieri & Nicholls, 2020; Gordon, 2020); vulnerabilidades logísticas, centralidade dos supermercados e necessidades de produção local (Preiss, 2020; Food and Agriculture Organization, 2020g); impactos econômicos sobre agricultores e consumidores (Food and Agriculture Organization, 2020f; Del Grossi, 2020); consumo de alimentos ultraprocessados e a importância de uma alimentação saudável (He et al., 2022); e aumento da pobreza e insegurança alimentar (Food and Agriculture Organization, 2022a). Diversas atividades e dinâmicas do sistema alimentar entraram na agenda pública (Capela, 2018; Kingdon, 2006; Cobb & Elder, 1971), desde a produção até o consumo.

Muitos estudos têm reforçado a importância de transformar e direcionar os sistemas alimentares para práticas mais saudáveis, sustentáveis e justas, sugerindo que a pandemia pode ser um importante catalisador para essa transformação (Food and Agriculture Organization, 2020a; High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition, 2020; International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2020; Rastoin, 2020). Como mencionado por Blay-Palmer et al. (2020), “Change creates the conditions for transformation. We now have an opportunity – perhaps a once-in-a-lifetime opportunity – to learn from past weaknesses and create food systems that are more healthy, sustainable, equitable, and resilient.” Da mesma forma, a FAO/Cepal (Food and Agriculture Organization, 2020b, p. 5) destaca que “It is worth taking this crisis as an unprecedented opportunity to rethink the way our food systems work and adopt recovery measures that allow us to move in the long term to more inclusive, sustainable, and resilient agricultural economies to disruptions.”

Ainda que as atividades e as dinâmicas dos sistemas alimentares sejam intersetoriais e, portanto, envolvam a atuação de diversos órgãos e áreas governamentais, os ministérios da agricultura (com suas diferentes configurações e denominações) são atores centrais na promoção de práticas de produção e consumo mais saudáveis, sustentáveis e inclusivas; na regulação das dinâmicas de abastecimento; e na garantia da qualidade dos alimentos. Considerando os debates sobre sistemas alimentares impulsionados pela pandemia e a centralidade dos ministérios da agricultura nesse tema, este trabalho procura explorar o modo como a pandemia entrou na agenda governamental dessa área. De modo particular, interessa-nos analisar o quanto a pandemia ocupou a atenção desses órgãos, quais temáticas (ou atividades ou dinâmicas) dos sistemas alimentares foram abordadas e se houve sinalizações para transformar (ou, se for o caso, intensificar) os sistemas alimentares em direção às práticas mais sustentáveis, saudáveis e justas.

Nossa hipótese é que, embora a pandemia tenha atraído atenção, os diferentes ministérios da agricultura dedicaram níveis variados de foco ao tema ao longo de 2020, refletindo as orientações e posturas dos presidentes em relação à crise. Além disso, sustentamos a hipótese de que, apesar de a pandemia ter estimulado debates em estudos acadêmicos e organizações internacionais sobre a necessidade de transformar os sistemas alimentares, os temas abordados pelos ministérios da agricultura parecem ter buscado preservar dinâmicas e processos já estabelecidos.

Para atender aos objetivos propostos, além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções principais. A seção de Fundamentos Teóricos aprofunda-se nos conceitos-chave de Definição de Agenda e na literatura relevante que sustenta a pesquisa. A seção de

Metodologia descreve as escolhas metodológicas feitas neste estudo. A seção de Resultados e Discussão mede a atenção dada à pandemia na agenda simbólica dos três ministérios da agricultura e explora os temas ou questões abordadas nas publicações relacionadas à Covid e sua interface com a transformação dos sistemas alimentares em direção às práticas mais sustentáveis, saudáveis e justas. A seção de Conclusões considera os resultados alcançados, que confirmam parcialmente as hipóteses. Este artigo confirma que as redes sociais dos ministérios da agricultura, como canais oficiais de comunicação com o público em geral, são recursos cruciais para analisar as agendas simbólicas e de decisão.

2. Fundamentos Teóricos

Ao focar nessas questões, este artigo dialoga com os debates sobre agenda setting, que se referem a uma ampla literatura, impulsionada desde os anos 1970. Cobb & Elder (1971) inovaram ao colocar o debate sobre agenda no campo de políticas públicas e ao apresentar os conceitos de agenda sistêmica (pública) e agenda governamental. De acordo com os autores, a agenda refere-se “to a general set of political controversies that will be viewed as falling within the range of legitimate concerns meriting the attention of the polity”, sendo que a agenda sistêmica corresponde aos temas presentes no debate público com foco nas políticas públicas, em geral sempre “abstract, more general, and broader in scope and domain than any given institucional agenda (agenda governamental) (Cobb & Elder, 1971, p. 905 e 906). A agenda governamental, por sua vez, “denote a set of concrete itens scheduled for active and serious considerations by a particular institucional decision-making body”, sendo que sua composição “vary over periods of time” (Cobb & Elder, 1971, p. 906).

Nos anos 1980, John Kingdon (2006, p. 222) fez a distinção entre agenda governamental e agenda decisória, sendo a primeira a “lista de temas que são objeto de séria atenção por parte de autoridades governamentais e seus assessores” e a segunda diz respeito à agenda de decisões ou à “lista dos assuntos dentro da agenda do governo encaminhados para deliberação”. Mais recentemente, Chaqués-Bonafont et al. (2015) distinguiram a agenda simbólica da agenda decisória no âmbito da agenda governamental. A agenda simbólica faz referência aos momentos iniciais do “processo de produção de políticas públicas”, em que “os tomadores de decisão podem testar argumentos, sentir a reação e o apoio ou rejeição das ideias; chamar a atenção e até mesmo construir problemas que não necessariamente estão nas prioridades da sociedade ou de atores relevantes naquele dado momento”, sendo os custos institucionais e políticos mais baixos em comparação aos estágios posteriores de avanço nas definições (Capella & Brasil, 2022, p. 4)¹. “A agenda simbólica, mais fluída e com menos fricção institucional, refere-se a um conjunto de dados e de indicadores que indicam a intenção, as ideias e os valores que os tomadores de decisão buscam ressaltar e destacar em seus discursos, falas e pronunciamentos. Essas prioridades podem, ou não, aparecer na agenda decisória e no processo de formulação de políticas públicas” (Andrade et al., 2021, p. 286). Já agenda decisória diz respeito a questões já amadurecidas pelos atores governamentais e “que envolvem custos de decisão por parte dos atores envolvidos” (Capella & Brasil, 2022, p. 3).

De acordo com Zahariadis (2016b), analisar a agenda em políticas públicas possibilita: i) compreender os valores sociais nos debates públicos (temas e problemas que chamam a atenção); ii) observar os distanciamentos de preocupações e prioridades entre governos e o

¹ Tanto Chaqués-Bonafont et al. (2015) quanto Capella & Brasil (2022) tomam como ilustrativos da agenda simbólica os discursos realizados por Chefes do Executivo (discursos de posse e/ou discursos anuais), quando esses apresentam diversos temas de seus interesses para a população, servindo para catalisar a atenção pública e governamental para determinadas questões.

público em sociedades democráticas e não democráticas; iii) evidenciar as relações de poder nas políticas públicas na medida em que a agenda governamental expressa os grupos que conseguem influenciar a tomada de decisão; iv) antecipar decisões políticas quando a agenda governamental fornece uma visão (ainda que imperfeita) de quais opções políticas podem ser adotadas; e, v) visibilizar sua influência sobre a forma como os eleitores pensam acerca do mundo, considerando que a agenda apresenta, analisa e interpreta informações seletivamente. Em outros termos, “Understanding how the agenda is set, when, and by whom is a necessary step to comprehend how policy is made” (Zahariadis, 2016b, p. 4). Particularmente, no que concerne à agenda simbólica, Capella & Brasil (2022) argumentam que analisar a agenda simbólica possibilita visibilizar os discursos e as narrativas que visam estruturar a agenda decisória, já que “os discursos que integram a agenda simbólica são relevantes e ajudam a definir os termos do debate, estruturando a argumentação, elementos tão relevantes no processo de produção de políticas quanto poder, influência, interesses e barganha” (Capella & Brasil, 2022, p. 5).

Partindo dessas contribuições e considerando, portanto, que, no cotidiano de suas ações, os Ministérios de Agricultura conferem atenção diferenciada a diversas problemáticas, “decidindo o que é um problema a ser priorizado” (Baumgartner & Jones, 2015), este artigo analisa o modo como a pandemia da Covid-19 se manifestou na agenda simbólica, além dos temas e problemáticas relativos aos sistemas alimentares priorizados pelos órgãos governamentais no enfrentamento ou em reação à pandemia. Para esse exercício, o artigo propõe a análise da agenda simbólica de três ministérios sul-americanos: o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) do Brasil, o Ministério de Agricultura (Minagri) do Chile e o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Minagricultura) da Colômbia. De modo particular, o artigo coloca em reflexão os conteúdos postos em debate nas redes sociais desses ministérios ao longo do ano de 2020.

Como canais oficiais de comunicação, as redes sociais são uma fonte importante para a análise da agenda simbólica. Chun & Luna Reyes (2012) observam que “social media use in government is considered a technological innovation and a transforming agent in generating citizen engagement, from campaigns and grassroots-activism to shared governance, promoting democracy.” Além disso, Bertot et al. (2010) destacam que as redes sociais envolvem o público no processo de tomada de decisão governamental, fortalecendo a participação no desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Elas atuam como ferramentas para a coprodução de serviços públicos, compartilhamento de dados e contribuição para a resolução de problemas e inovação, promovendo transparência e prestação de contas. As redes sociais permitem que os Ministérios da Agricultura testem a adesão/rejeição a certas proposições durante a pandemia, abram caminho para mudanças na agenda governamental e de decisão, construam narrativas sobre escolhas políticas e comuniquem decisões.

3. Metodologia

Este artigo faz parte do Projeto de Pesquisa “Red colaborativa Brasil-Chile de estudios de efectos de la COVID-19 en los sistemas agroalimentarios”, desenvolvido no período de janeiro de 2022 a maio de 2023 por um conjunto de pesquisadores brasileiros e chilenos. Esse projeto procurou analisar os efeitos da pandemia de Covid-19 em diferentes áreas e setores, e, também, explorar as respostas governamentais. Além desse recorte empírico, é importante destacar que parte dos pesquisadores brasileiros já vinha desenvolvendo pesquisas sobre políticas públicas para a alimentação e agricultura na Colômbia, o que, somado ao ingresso de uma pesquisadora colombiana no grupo, estimulou a inclusão do país na análise. Esses elementos confluíram para delimitar Brasil, Chile e Colômbia como objetos de estudo, contemplando uma certa diversidade da América do Sul.

Portanto, analisamos como o ministério da agricultura de cada país abordou a pandemia, considerando suas áreas específicas de competência. Essas competências, funções ou objetivos dos Ministérios da Agricultura são de grande importância para a promoção ou transformação dos sistemas alimentares em direção às práticas e processos mais sustentáveis, saudáveis e inclusivos.

Em 2020, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) do governo brasileiro era responsável pela política agrícola, produção pecuária, controle de estoques estratégicos, segurança alimentar, pesquisa, desenvolvimento rural e políticas de agricultura familiar (Brasil, 2019).

Sobre os objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura do Chile (Minagri), em 2020 incluíam o fortalecimento do desenvolvimento rural, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, a redução das desigualdades territoriais, o empoderamento de pequenos e médios agricultores por meio de associações, apoio técnico, financiamento, aprimoramento da comercialização de produtos, reconhecimento dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável e a promoção de estratégias de adaptação às mudanças climáticas (Chile, 2020a).

Também em 2020, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Minagricultura) da Colômbia focou em políticas relacionadas ao desenvolvimento rural, agrícola, pecuário, pesqueiro e florestal; desenvolvimento rural com enfoque territorial, incluindo planejamento social, geração de renda e gestão de bens públicos; atenção às populações vulneráveis; cadeias agrícolas, inovação tecnológica, proteção contra riscos à saúde, financiamento; e uso sustentável dos recursos naturais e hídricos (Colômbia, 2018).

Os ministérios dos três países mobilizam as redes sociais (Twitter, Instagram, YouTube e Facebook) como canais oficiais de comunicação com o público em geral. Neste trabalho, selecionamos para análise as postagens feitas pelos ministérios no Facebook durante o ano de 2020². Analisamos 1.883 postagens no Facebook de 2020, sendo 833 do MAPA-Brasil, 206 do Ministério da Agricultura do Chile e 734 do Ministério da Agricultura da Colômbia. O fato de que os impactos sobre a agricultura se manifestaram de maneira mais abrupta no primeiro ano da pandemia (paralisação das atividades econômicas, dificuldades na comercialização de produtos, segurança sanitária dos alimentos, etc.) reforça esse recorte, exigindo a introdução urgente do tema nas agendas governamentais e decisórias. Além disso, em relação à escolha do Facebook, esta foi a rede social mais utilizada no Brasil, Chile, Colômbia e no resto do mundo em 2020 (e continua a ser em 2024)³.

Com base nessas definições, os autores mapearam todas as postagens, selecionaram aquelas que faziam referência à pandemia de Covid-19 – utilizando as diretrizes metodológicas para análise da agenda governamental e simbólica (Capella & Brasil, 2022; Andrade et al., 2021; Brasil & Capella, 2019) e o Excel –, analisaram (análise de conteúdo) e classificaram essas postagens em 18 categorias, com base no agrupamento dos temas. Essas 18 categorias foram definidas após a leitura e análise do material empírico (todas as postagens que faziam referência à Covid-19).

A Tabela 1 abaixo detalha os temas abordados em cada categoria. É importante esclarecer que, em situações em que houve dúvidas sobre a classificação de postagens específicas nas categorias, estas foram submetidas à análise coletiva dos autores. A análise das postagens foi realizada por meio dos softwares Excel e NVivo, empregando principalmente estatísticas descritivas (análise de frequência).

² Embora a pandemia de Covid-19 tenha começado em 2019, decidimos iniciar a análise em 2020, pois a própria OMS tomou conhecimento dos casos em 31 de dezembro daquele ano e declarou uma “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional” em 30 de janeiro de 2020. Além disso, os primeiros casos de Covid nos países analisados começaram a surgir entre meados de fevereiro e início de março de 2020.

³ Veja o StatCounter GlobalStats (StatCounter, 2024). Em dezembro de 2020, o Facebook representava 68% das mídias sociais mobilizadas no Brasil. A página do Facebook do Ministério do MAPA-Brasil, em setembro de 2024, tinha 370 mil seguidores (para uma população total de 212,6 milhões). No Chile, esses números eram 67% e 110 mil seguidores (para uma população total de 20 milhões). Na Colômbia, por sua vez, esses números eram 68% e 139 mil seguidores (para uma população total de 53 milhões).

Tabela 1 – Classificação das postagens dos ministérios da agricultura em categorias e temas abordados – Brasil, Chile e Colômbia, 2020.

Categoria	Temas
Medidas de Proteção Pessoal / preventiva	Indicações sobre diferentes medidas de cuidado, proteção, distanciamento, vacinas e afins
Feiras e Mercados Campesinos	Informações sobre localização, desenvolvimento ou orientações para o funcionamento de feiras, alimentos de produção camponesa, consumo saudável e local
Abastecimento	Esclarecimento sobre a realidade do abastecimento, estratégias e logística para manter a oferta, acesso e disponibilidade
Crédito/Subsídio para Agricultura	Diferentes estratégias baseadas na modificação e renegociação dos termos de crédito e na criação de subsídios
Importação	Notícias sobre modificações ou eventualidades nas importações
Exportação	Notícias sobre novidades ou conquistas em exportações
Digitalização de Processos	Transformação na logística de alguns procedimentos com nova disponibilidade virtual
Inspeção e vigilância sanitária	Planos de higiene para os alimentos, com boas práticas nos espaços de venda, transformação e transporte alimentar
Sustentabilidade	Recomendações para manter uma produção sustentável
Segurança Alimentar e nutricional	Propostas, atividades ou espaços que busquem realizar o direito à alimentação, a exemplo da distribuição de cestas de alimentos
Agricultura Familiar/Pequeno Produtor/camposinos ⁴	Políticas, ações e processos vinculados à categoria social
Combate à fake news	Esclarecimento sobre rumores e/ou especulações
Homenagens	Gestos de solidariedade e reconhecimento a categorias profissionais
Apoio setor saúde	Realocação de recursos para a saúde e replicação de mensagens elaboradas pelo Ministério da Saúde
Educação	Cursos, seminários e espaços de formação e troca de conhecimento
Políticas públicas (PP) de fomento e proteção social	Propostas, atividades ou espaços que buscam proteger a integridade de mulheres e crianças, e, por sua vez, a economia das famílias
Reabertura	Atividades ou espaços que estavam fechados e foram reabertos ao público
Retrospectiva	Relato ou discussão das medidas que foram tomadas ao longo do ano, implicações da Covid e novos desafios

Fonte: elaborado pelas autoras

Com base nesses critérios metodológicos, analisamos os dados, cujos resultados são apresentados a seguir.

4. Resultados e Discussão

4.1 A pandemia de Covid-19 na agenda simbólica dos ministérios da agricultura do Brasil, Chile e Colômbia

A pandemia de Covid-19 começou a ocupar a atenção dos ministérios da agricultura em momentos distintos. Embora o governo brasileiro tenha decretado estado de emergência em saúde pública

⁴ Os três países já avançaram na criação de marcos institucionais para o reconhecimento e a definição da agricultura familiar. Apesar desses marcos, ainda é comum (especialmente na Colômbia) o uso de outras definições, como pequenos agricultores e camponeses. Assim, embora do ponto de vista sociológico sejam categorias diferentes, para fins de análise, agrupamos as postagens que faziam referência a esses termos.

de importância internacional ainda em 07 de fevereiro de 2020 (Brasil, 2020), a primeira postagem do Mapa-Brasil só ocorreu em 21 de março, quando alertou ser *fake news* a informação de que as pessoas acima de 60 anos, que estivessem circulando pelas ruas, teriam sua aposentadoria suspensa. O Minagri-Chile começou a discutir a temática ainda em 07 de fevereiro de 2020 – antes mesmo da publicação do Decreto de Estado de Exceção Constitucional de Catástrofe, por calamidade pública, no Território do Chile (Chile, 2020b) em 18 de março -, quando anunciou a realização de uma mesa de diálogo público-privada para analisar os efeitos do surto da pandemia na China nas exportações chilenas. Por sua vez, o Minagricultura-Colômbia começou a abordar a temática no dia 29 de fevereiro de 2020, igualmente antes do Decreto de Estado de Emergência Econômica, Social e Ecológica em todo o território nacional (Colômbia, 2020a) estabelecido em 17 de março. Na ocasião, o Ministério republicou uma campanha do Executivo que afirmava que o país estava preparado para enfrentar o coronavírus e destacava a importância de combater *fake news*.

Essas diferenças continuaram ao longo de 2020, notadamente no que concerne à atenção conferida à Covid-19 e ao quanto ela concentrou a atenção na agenda simbólica. Na Figura 1, abaixo, observamos que o Mapa-Brasil fez uma média de 16 postagens por semana no Facebook ao longo de 2020 (Gráfico A), sendo, comparativamente aos ministérios do Chile e Colômbia, aquele que mais mobilizou as mídias sociais. Dentre as postagens, poucas (12%) pautaram temas relativos à Covid-19. Ao longo de todo o ano, as duas últimas semanas de março (semanas 13 e 14) – que marcam o início da paralisação das atividades econômicas nos três países – foram aquelas que concentraram maior atenção ao tema, com 10 e 11 postagens semanais, respectivamente. O Gráfico B mostra que as questões relativas à pandemia concentraram no máximo 76% da agenda simbólica (semana 13). Desde a semana 20 (maio de 2020 – período em que a primeira onda da Covid-19 alcançou o número de cerca de 6.500 mortes semanais no país), as problemáticas relativas à pandemia ocuparam menos de 20% da agenda simbólica, perdendo ainda mais fôlego à medida que se aproximava do final do ano.

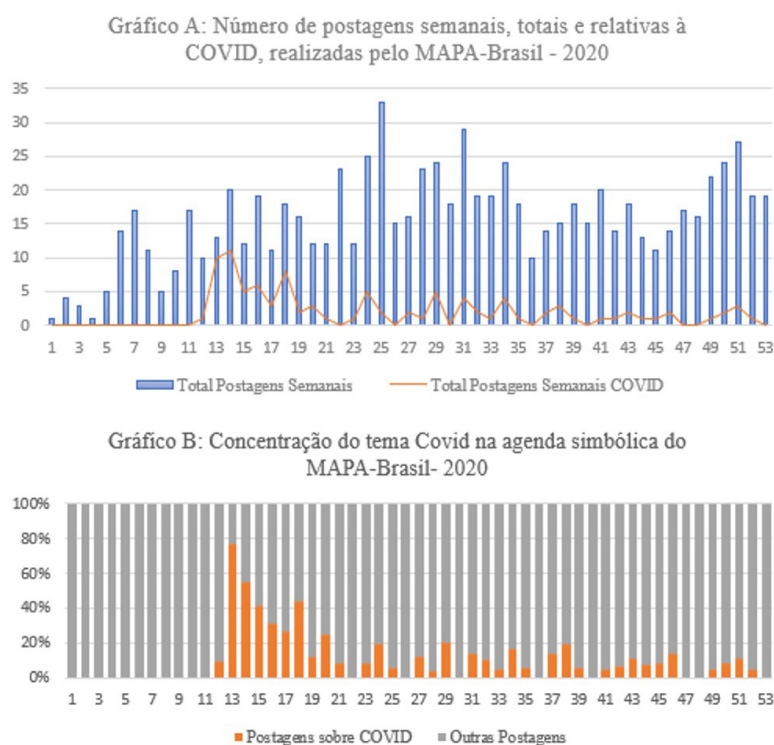


Figura 1: Número de postagens semanais, totais e relativas à Covid-19 e concentração do tema na agenda simbólica do Mapa-Brasil. **Fonte:** elaboração das autoras.

Na Figura 2, observamos que o Minagri-Chile fez uma média de três postagens por semana no Facebook ao longo de 2020 (Gráfico A), sendo, dentre os três ministérios analisados, aquele que menos mobilizou o Facebook na construção da agenda simbólica. De forma similar ao Brasil, o maior número absoluto de postagens (oito postagens na semana) sobre a pandemia ocorreu na semana 12 (meados de março, acompanhando a publicação do Decreto de Estado de Exceção), contudo, diferentemente do Brasil, o tema concentrou maior atenção (30%) na agenda simbólica (Gráfico B) ao longo do período analisado. De meados de março a meados de agosto, em diversos momentos, a pandemia concentrou 100% (ainda que o número absoluto de postagens tenha sido baixo) ou, pelo menos, mais de 60% da atenção da agenda simbólica do Minagri-Chile.

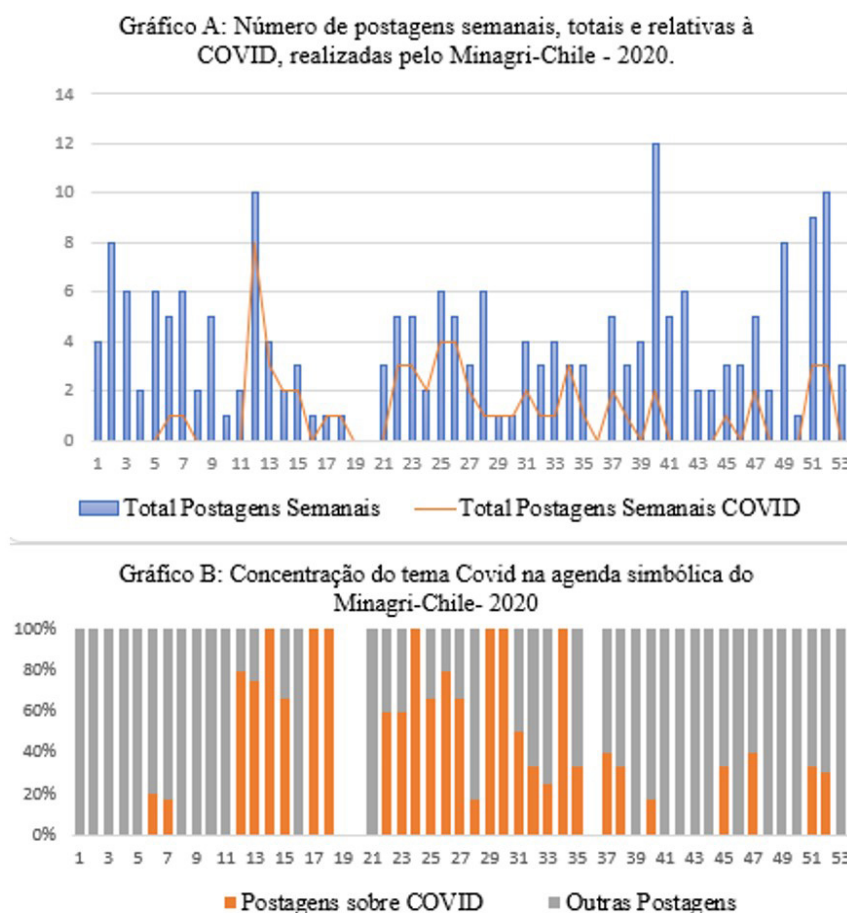


Figura 2: Número de postagens semanais, totais e relativas à Covid e concentração do tema na agenda simbólica do Minagri-Chile. **Fonte:** elaboração das autoras.

Na Figura 3, notamos que o Minagricultura-Colômbia fez uma média de 14 postagens por semana no Facebook ao longo de 2020 (Gráfico A), número similar ao Mapa-Brasil. Do conjunto total de postagens, 21% foram dedicadas a temas e questões vinculadas à Covid-19. Também, de forma semelhante aos casos anteriores, o Minagricultura-Colômbia conferiu maior atenção à pandemia a partir da semana 12 (meados de março), sendo que, por cinco semanas, a Covid-19 concentrou quase 100% da agenda simbólica do ministério (Gráfico B). Contudo, a partir da semana 24 (início de junho), as questões relativas à pandemia perderam espaço, concentrando menos de 20% da agenda simbólica do ministério, já que, por diversas semanas, não foi objeto de nenhuma ou de uma ou duas postagens.

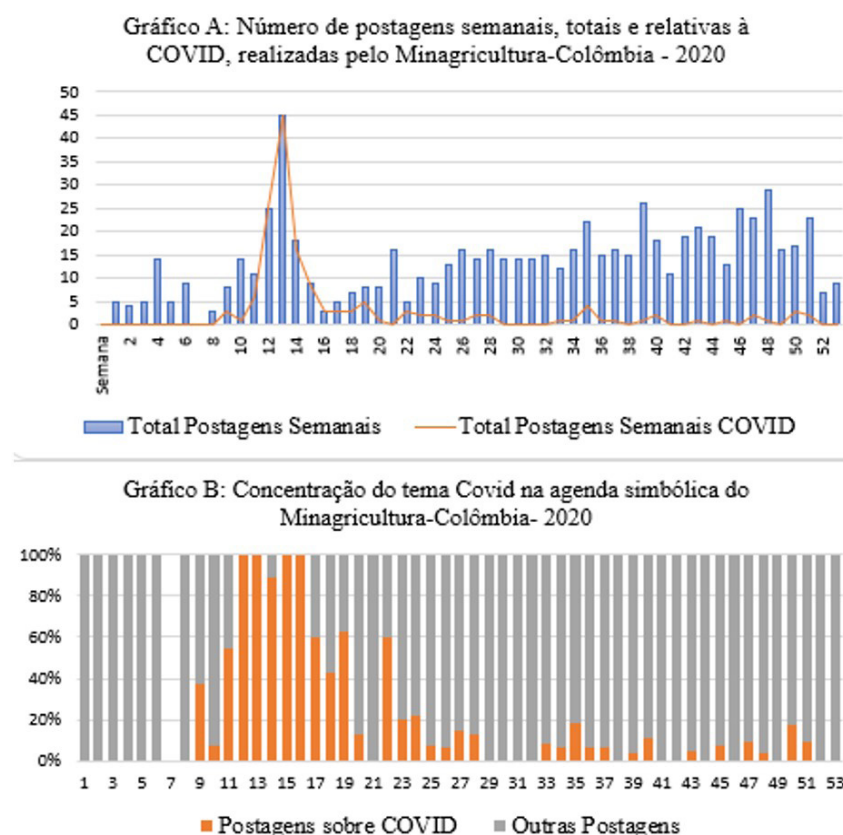


Figura 3: Número de postagens semanais, totais e relativas à COVID e concentração do tema na agenda simbólica do Minagricultura-Colômbia. **Fonte:** elaboração das autoras.

Ao analisarmos os ministérios dos três países, observamos mais similaridades que diferenças. Em relação às similaridades, nos três países, a pandemia ocupou parte da agenda simbólica a partir de meados de março e foi perdendo força nos meses seguintes. Tal arrefecimento pode estar relacionado com as avaliações de que, mesmo com a continuidade e o agravamento da pandemia (emergência de novas variantes, incremento no número de afetados e mortes), o setor agroalimentar apresentava maior resiliência que outros. Em julho de 2020, ainda que solicitando cautela para os meses vindouros, FAO/CEPAL (Food and Agriculture Organization, 2020c) avaliava que a produção de alimentos não havia sido paralisada e que os trabalhadores, ainda que com dificuldades, se apresentavam em seus lugares de trabalho, concluindo que os impactos da pandemia sob a produção primária não havia sido críticos. Em agosto de 2020, FAO/CEPAL (Food and Agriculture Organization, 2020d, p. 2) avaliou que:

Antes da pandemia, se esperava que América Latina e Caribe se transformariam, nos próximos anos, na principal região produtora de alimentos do mundo, aportando 28% dos produtos agrícolas e pesqueiros. Essa projeção não parece ter sido afetada pela Covid-19. A comercialização de produtos agrícolas e pesqueiros produzidos na região aumentaram em 6% nos últimos seis meses em relação ao mesmo período do ano passado. (...) Em outras palavras, até esse momento, o setor agropecuário tem sido mais resiliente que o resto dos bens comercializados a nível internacional. Os setores agroalimentares que mais cresceram durante a pandemia são a soja, o açúcar e seus derivados; os mais afetados foram os animais vivos, as frutas e as hortaliças. Isso confirma que os produtos alimentares mais vulneráveis a essas crises são os intensivos em mão de obra e perecíveis.

Em outubro de 2020, FAO/CEPAL (Food and Agriculture Organization, 2020e, p. 2) considerou que a pandemia havia estimulado algumas inovações, como “o uso de tecnologias para difusão de

conhecimentos (webinars) e para a comercialização de produtos (comércio on-line), este último muito importante para o encurtamento dos circuitos de comercialização”, e continuou reafirmando a resiliência do setor, especialmente no que concerne ao mercado internacional de alimentos,

que inclusive cresceu durante a pandemia em 8,3%, possivelmente em razão de que a demanda dos principais destinos - os Estados Unidos, a União Europeia e a China - não variaram significativamente. Entretanto, no âmbito social, a drástica redução do emprego e a consequente queda na renda dos domicílios, se soma a alta dos preços dos alimentos. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) regional de alimentos aumentou em 5,6% em um ano, o que incide diretamente no acesso e qualidade dos alimentos nos domicílios (Food and Agriculture Organization, 2020d, p. 2).

Embora a segurança alimentar e nutricional tenha se agravado na América do Sul (Food and Agriculture Organization, 2022b), no Brasil (Rede Penssan, 2022), no Chile (2022) e na Colômbia (Orjuela & Matamoros, 2022) em virtude da pandemia e de elementos específicos a cada contexto, a resiliência e certos indicadores econômicos positivos do setor agropecuário (ex. exportações) provavelmente contribuíram para a redução da atenção (nas postagens) dos ministérios da agricultura à Covid-19.

As diferenças entre os três ministérios da agricultura dizem respeito à concentração do tema da Covid na agenda simbólica. Enquanto o Minagri-Chile e o Minagricultura-Colômbia concentraram, em algumas semanas, 100% de sua agenda simbólica às problemáticas associadas à Covid-19, apenas em duas semanas (13 e 14) o Mapa-Brasil dedicou mais de 50% de sua atenção ao tema (respectivamente 77% e 55%). Essas diferenças provavelmente estão associadas às orientações e posturas da Presidência da República do Brasil em relação à pandemia, o que repercutiu na agenda simbólica dos seus ministérios. Como comenta Meyer (2020, p. 10), “Bolsonaro has been personally dismissive of the virus and his government has been reluctant to mount a strong policy response. He has had repeated conflicts with federal officials and state and local governments that have adopted strong policy responses.” De forma similar, Rennó et al. (2021, p. 2) destacam que “Jair Bolsonaro downplayed the crisis, denied science, and dismantled health policies during the pandemic. The Brazilian president was not compelled to change his positions despite the seriousness of the pandemic in the country.” Enquanto o presidente da República do Brasil adotou essa posição, os presidentes do Chile e da Colômbia rapidamente assumiram a gravidade do momento e passaram a promover ações de enfrentamento nos diversos setores.

4.2 A pandemia e as dinâmicas dos sistemas alimentares na agenda simbólica dos ministérios da agricultura do Brasil, Chile e Colômbia

A partir dos anos 2000, tornou-se crescente o interesse por leituras sistêmicas das dinâmicas agroalimentares e o uso da noção de sistemas alimentares, entendidos como o conjunto inter-relacionado de atividades e de atores envolvidos na produção, distribuição, estocagem, processamento, preparação e consumo dos alimentos; na produção dos recursos (sementes, fertilizantes, embalagens etc.) e na administração dos resíduos; e na criação e implementação de atividades e de instituições regulatórias e de governança (Bricas, 2017). Considerados a partir de um sistema, compreende-se que “os alimentos estão conectados a uma variedade de campos (políticos) - incluindo agricultura, meio ambiente, energia, saúde, educação, infraestrutura e planejamento” (Gill et al., 2018, p. 4), o que permite evidenciar os *trade-offs*, os conflitos e as sinergias entre diferentes dimensões, metas, projetos e atividades (Food and Agriculture Organization, 2021).

Essas leituras permitiram visibilizar crises igualmente sistêmicas que permeiam os sistemas alimentares, como a permanência da fome e da má nutrição, o incremento da obesidade e do sobrepeso, e as mudanças climáticas, cujos principais drivers são “food and agriculture,

transportation, urban design, and land use” (Swinburn et al., 2019). Com efeito, “muitos estudos influentes têm ajudado a dar forma a nossa compreensão da perigosa situação em que se encontram nossos sistemas alimentares, desde a degradação dos ecossistemas até a fragilidade dos meios de vida dos agricultores em muitas partes do mundo; desde a persistência da fome e da desnutrição até o crescimento desenfreado da obesidade e das enfermidades relacionadas com a dieta” (International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2016, p. 6).

Essas análises já vinham colocando na agenda pública a necessidade de transformar os sistemas alimentares em práticas mais sustentáveis, saudáveis e justas, sendo que esse imperativo, como afirmado na introdução, ganhou força com a emergência da pandemia de Covid-19. De forma emblemática, ao acompanhar os impactos da pandemia nos sistemas alimentares latino-americanos, FAO/Cepal (Food and Agriculture Organization, 2020a, p. 2) observou a resiliência do setor, mas igualmente a necessidade de transformar os sistemas alimentares. Em suas palavras:

(...) os atuais processos de produção agrícola não são sustentáveis: são responsáveis por 46% dos gases de efeito estufa na região e são agentes críticos na perda da biodiversidade. Ademais, é no mínimo paradoxal que haja problemas endêmicos de segurança alimentar e nutricional e que estes tenham sido agudizados pela crise. (...) a recuperação pode ser uma oportunidade para transformar, quer dizer, para realizar os ajustes que os sistemas agroalimentares requerem para desenvolver a resiliência a riscos futuros. A resiliência dos sistemas agroalimentares se desenvolve corrigindo as múltiplas desigualdades sociais, econômicas e territoriais presentes no meio rural e estabelecendo uma relação mais sustentável entre os seres humanos e a natureza. Ainda que os objetivos para uma recuperação imediata e uma transformação dos sistemas agroalimentares não são idênticos, as ações deveriam partir de maneira simultânea para que assim seja, efetivamente, uma recuperação com transformação.

Considerando a existência desse debate na agenda pública, procuramos analisar os temas na interface com a pandemia abordados pelos ministérios da agricultura ao longo do ano 2020 e se esses temas indicaram transformações nos sistemas alimentares. É evidente que um ano analisado neste estudo é insuficiente para observar transformações nos sistemas alimentares; no entanto, o conteúdo e a frequência das postagens são bons indicadores para perceber se a transformação dos sistemas alimentares entrou nos discursos, narrativas, imagens e na agenda simbólica construída pelos ministérios. Conforme mencionado na introdução deste artigo e destacado por Kingdon (2006), crises são janelas de oportunidade para abordar novas questões ou enfatizar determinados temas. Em outras palavras, analisaremos aqui se a pandemia trouxe a agenda de transformação dos sistemas alimentares para a agenda simbólica dos ministérios da agricultura estudados.

É importante esclarecer desde já que nem todas as postagens vinculadas à Covid-19 tinham uma interface direta com os sistemas alimentares, como as categorias de reabertura (desconfinamento) de atividades econômicas e espaços (espaços públicos, parques ambientais e semelhantes); combate a *fake news*; apoio ao setor de saúde (disponibilizando recursos e apoiando ou replicando postagens do Ministério da Saúde); e algumas medidas de proteção pessoal ou preventivas relacionadas à pandemia (higiene pessoal, diretrizes de confinamento, interações sociais e similares). Em diversos momentos, as preocupações e questões abordadas pelos ministérios da agricultura na agenda simbólica iam além de suas atribuições e competências, sinalizando esforços para construir coesão na agenda geral do governo.

A Figura 4 apresenta as categorias abordadas pelo Mapa-Brasil nas postagens relativas à Covid-19, sendo que, ao mesmo tempo em que podemos observar a prevalência de temas relacionados aos sistemas alimentares, também notamos certa dispersão da atenção em diversas problemáticas. As cinco categorias mais frequentes (ocupando 57% da atenção) mobilizadas pelo Mapa-Brasil foram: crédito ou subsídios para a agricultura (prorrogação de parcelas de pagamento, facilitação de processos administrativos, disponibilização de mais

recursos financeiros etc.); medidas de proteção pessoal ou preventiva em relação à pandemia (orientações sobre a higiene dos alimentos, dos locais de trabalho, e de higiene pessoal dos trabalhadores); políticas, ações e processos relativos à agricultura familiar (prorrogação e digitalização de processos, políticas específicas de apoio à categoria social); questões relativas à inspeção e vigilância sanitária dos alimentos (continuidade dos serviços, prorrogação de processos, recomendações para os frigoríficos, orientações para o comércio internacional); e digitalização dos processos (etapas ou procedimentos de políticas públicas).

De modo geral, todas essas categorias e as demais mencionavam ações para a continuidade das dinâmicas e processos dos sistemas alimentares em curso ou ações de enfrentamento aos efeitos da pandemia. De modo um pouco distinto, uma das postagens (na categoria sustentabilidade) mencionava que “um dos efeitos da atual pandemia será o aumento das discussões sobre sustentabilidade tanto no âmbito dos acordos quanto nas preocupações diárias dos consumidores”, sendo que essa preocupação deveria ser incorporada na produção de alimentos, a exemplo do café, objeto de atenção da postagem.

Já as demais postagens do Mapa-Brasil (sem referências à pandemia) trataram de diversos temas, a exemplo da valorização das exportações de grãos e de proteínas animais como instrumento para a recuperação econômica do país (crise já manifesta em anos anteriores e acentuada com a pandemia- Barros, 2022; Rossi & Mello, 2017); da importância de fortalecer práticas sustentáveis (estimuladas por meio do Plano e Programa Agricultura de Baixo Carbono-ABC) e boas práticas para a produção de orgânicos e criação de animais de modo a ampliar e conquistar novos mercados internacionais; da contribuição da agricultura brasileira para alimentar o mundo, com destaque para a importância do setor agroexportador; e da disponibilização de crédito e de outros instrumentos com fins de aumentar a produção, apoiar técnicas agrícolas sustentáveis e fortalecer as exportações brasileiras.

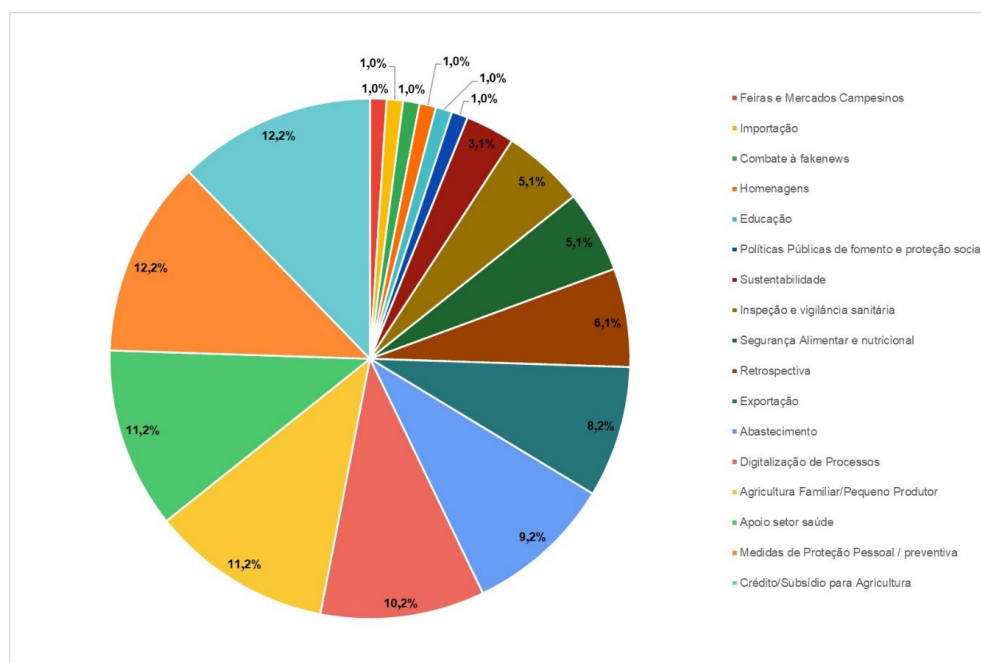


Figura 4: Categorias (frequência e percentual) presentes nas postagens relativas à Covid-19 realizadas pelo Mapa-Brasil. **Fonte:** Elaboração das autoras.

Além de certas ações vinculadas a práticas sustentáveis que já vinham em curso (Chechi & Grisa, 2020), a pandemia, portanto, não parece ter produzido maiores tensões no sentido

de transformar os sistemas alimentares em curso. Contrariamente, vale salientar que, como destacado por diversos trabalhos (Grisa & Porto, 2023; Delgado & Zimmermann, 2023; Barbosa et al., 2021), desde 2016 diversas mudanças políticas e institucionais vinham, inclusive, provocando dismantelamentos nas políticas para a agricultura familiar, meio ambiente e promoção da segurança alimentar e da alimentação saudável⁵.

A Figura 5 apresenta as categorias abordadas pelo Minagri-Chile, sendo que, ao mesmo tempo em que notamos mobilizações de questões mais amplas que os sistemas alimentares, também observamos que três delas – ações relativas à garantia do abastecimento alimentar, medidas de proteção pessoal ou preventiva, e políticas públicas de fomento e proteção social – concentraram mais de 50% da atenção (53,3%) nas postagens com interface à Covid-19. Dentre as ações relativas à garantia do abastecimento alimentar, destacavam-se normativas sobre as atividades e serviços considerados essenciais; orientações para o funcionamento das cadeias de abastecimento, feirantes, central de abastecimento e setor agrícola; ações de monitoramento dos preços; e informações sobre a continuidade das atividades na agricultura. Dentre as medidas de proteção pessoal ou preventiva, destacavam-se orientações para distanciamento social, cuidados pessoais, confinamento e interações em dias festivos. Dentre as políticas públicas de fomento e proteção social, evidenciaram-se ações e medidas para os pais com crianças menores de seis anos, seguro-desemprego, auxílios para classe média, ações de reativação econômica. Além dessas, as outras duas categorias mais frequentes – que concentraram mais de 21% da atenção – foram segurança alimentar e nutricional (seminários e eventos sobre o tema, distribuição de cestas de alimentos, ações para compor cardápios nutritivos e saudáveis a preços acessíveis) e ações com foco na reabertura de atividades e espaços que haviam sido fechados em virtude da pandemia (fases e medidas para o desconfinamento, reabertura de espaços).

As demais postagens do Minagri-Chile (sem referências à pandemia) concentraram sua atenção principalmente na prevenção e combate aos incêndios florestais, na promoção do cooperativismo, na realização (virtual) da Expo Chile Agrícola e do Censo Agropecuário, nas dinâmicas de exportação de determinados produtos e, principalmente, no monitoramento dos preços médios de frutas e verduras e na promoção da alimentação saudável. “Consuma frutas e verduras nas tuas comidas e reduza o consumo de pão e bebidas açucaradas. Com isso, não apenas perderá peso, como também teu corpo estará mais saudável, te sentirás melhor e com mais ânimo durante o dia” e “Queremos que você se alimente de forma mais sustentável: receitas de 20 pratos tradicionais da cozinha chilena” foram algumas das diversas postagens relativas à alimentação saudável.

Com efeito, desde 2008, o Ministério da Saúde vem implementando diversas políticas de combate ao sobrepeso e obesidade em virtude das doenças crônicas associadas e, em 2017, publicou a Política Nacional de Nutrição e Alimentação (de caráter inclusivo e intersetorial), que busca melhorar o estado de saúde e a qualidade de vida da população nacional em termos de alimentação e nutrição (Néron & Mateluna, 2022). Ainda que pouco visível nas postagens, Néron & Mateluna (2022) sinalizam outras mudanças que vêm ocorrendo no setor agropecuário de modo a tensionar a transformação dos sistemas alimentares. De acordo com os autores, em 2011 e 2019, a própria transformação do nome e do arranjo do ministério da agricultura – que se tornaria Ministério da Agricultura e Alimentação – esteve na agenda decisória. Com a mudança, buscava-se deixar sob o mesmo marco institucional todos os setores das cadeias alimentares, desde a produção primária até a transformação industrial, incluindo todos os itens alimentares. Todavia, dificuldades de negociação política dificultaram o êxito das propostas⁶.

⁵ Para mais informações sobre sistemas alimentares no Brasil e o desempenho de políticas públicas, veja: Grisa et al. (2023), Grisa & Porto (2023), Niederle & Wesz Junior (2020), e Preiss & Schneider (2020).

⁶ Para mais informações sobre sistemas alimentares no Chile e o desempenho de políticas públicas, veja: Naciones Unidas (2022) e Jensen (2021).

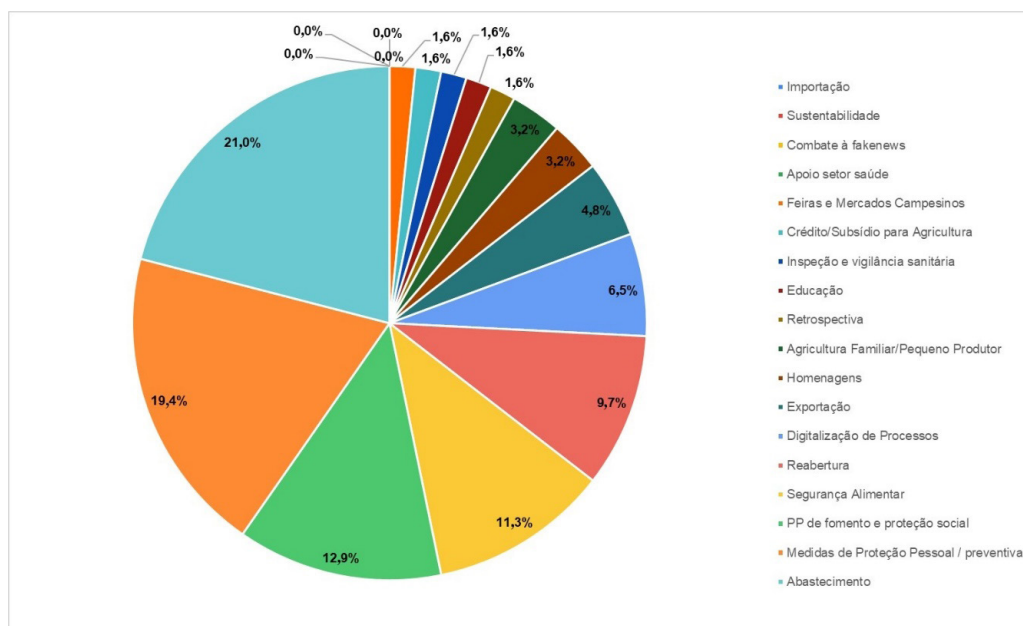


Figura 5: Categorias (frequência e percentual) presentes nas postagens relativas à Covid-19 realizadas pelo Minagri-Chile (Chile). **Fonte:** Elaboração das autoras

A Figura 6 apresenta as categorias abordadas pelo Minagricultura-Colômbia. Ao mesmo tempo em que notamos a mobilização de temas mais amplos que os sistemas alimentares, também observamos que, de forma similar ao Chile, alguns temas concentraram mais a atenção (48,9% no conjunto) na agenda simbólica, como as medidas de proteção pessoal ou preventiva em relação à Covid (informações para evitar o contágio, indicações de sintomas, confinamento, declaração de atividades essenciais, orientações para cuidados de higiene no trabalho e com os alimentos); as medidas relativas ao crédito ou subsídios para agricultura (redução de tarifas e impostos, créditos com taxas de juros mais baixas, apoio no transporte, renegociação de dívidas); e questões relativas ao abastecimento (monitoramento dos preços dos alimentos, abastecimento dos mercados e das centrais de abastecimento, e descentralização da venda e do comércio de alimentos). As outras duas categorias mais frequentes foram as ações para a agricultura familiar/pequenos produtores/campestinos (reconhecimento e valorização dos campestinos e ações para continuidade na produção e comercialização de alimentos locais) e apoio ao setor de saúde (notadamente replicações de mensagens elaboradas pelo Ministério da Saúde).

As demais postagens do Minagricultura-Colômbia ao longo de 2020 (sem referências à pandemia) publicizaram ações para produtos específicos (café, cacau, arroz, batata, abacaxi, abacates etc.); destacaram resultados econômicos do país, sobretudo em termos de produção nacional e exportações; e divulgaram iniciativas de minimização de eventos climáticos (ex. secas), promoção do transporte de alimentos perecíveis, manutenção da sanidade animal (febre aftosa), jornadas de negócios virtuais etc. Além desses, outros dois temas ganharam grande atenção ao longo do ano: i) iniciativas de valorização dos alimentos colombianos, iniciadas com a Campanha “Ingredientes do Campo Colombiano-Agrochef Colombia” e transformada no selo “Sabor da Colômbia”, como forma de dinamizar os mercados e o consumo local; e ii) diversas ações para as mulheres rurais (linhas de crédito, acesso à terra, combate à violência etc.). Em ambos, nota-se um esforço para valorizar e promover a agricultura familiar e campestina.

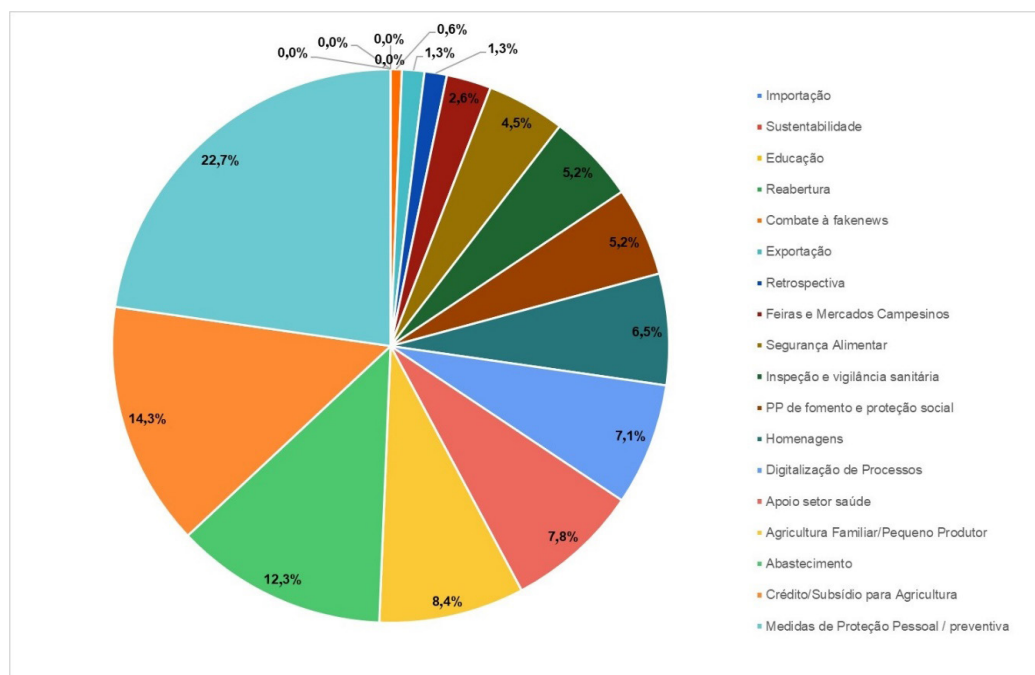


Figura 6: Categorias (frequência e percentual) presentes nas postagens relativas à Covid-19 realizadas pelo Minagricultura-Colômbia. **Fonte:** Elaboração das autoras

Com efeito, desde 2017, com a assinatura do Acordo de Paz, diversas mudanças e ações vêm sendo realizadas para a agricultura familiar e campestre, a exemplo do estabelecimento da Lei 2.046 de 6 de agosto de 2020, que prevê que, ao menos, 30% das compras públicas de alimentos da Colômbia advenham de um ou de vários pequenos produtores agropecuários e de organizações cujos sistemas pertençam à Agricultura Campestre, Familiar e Comunitária. Um instrumento importante da referida lei é a Mesa Técnica Nacional de Compras Públicas Locais de Alimentos, uma instância articuladora, que garante a participação de homens e mulheres das organizações da agricultura familiar e campestre nas negociações com operadores e órgãos públicos (Colômbia, 2020b). Assim, embora também não se tenha observado maiores tensionamentos em relação à transformação dos sistemas alimentares em curso nas postagens do Minagricultura-Colômbia relativas à pandemia, notam-se estratégias com vistas a construir dinâmicas mais inclusivas para a agricultura familiar e campestre, e promover os alimentos nacionais⁷.

Logo, embora houvesse expectativas (de que a pandemia poderia impulsionar novas ideias, novos discursos, imagens e ações relacionadas à transformação dos sistemas alimentares), a continuidade das ações já em andamento acabou prevalecendo na agenda simbólica. Essa interpretação é reforçada pelo fato de que, como visto na seção anterior, a pandemia em si não foi objeto de grande atenção pelos ministérios da agricultura, considerando que o setor agrícola logo demonstrou resiliência e bons indicadores de recuperação e desempenho econômico. Assim, como mencionado pelo IPES-Food (International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2020), crises também podem ser usadas para acelerar o “business-as-usual”. Isso não significa ignorar que tensões e ações para mudanças nos sistemas alimentares estão em andamento (como observado em outras postagens), mas serve para afirmar que a Covid-19, em termos de discursos e temas, não provocou grandes transformações na agenda simbólica.

⁷ Para mais informações sobre sistemas alimentares na Colômbia e o desempenho de políticas públicas, veja: Pineda et al. (2023), FAO, União Europeia e Cirad (Food and Agriculture Organization, 2022b), Comissão Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Comisión Intersectorial de Seguridad Alimentaria y Nutricional, 2021).

5. Conclusões

Partindo dos debates sobre agenda setting e agenda simbólica, este trabalho buscou analisar, inicialmente, o quanto os ministérios da agricultura do Brasil, do Chile e da Colômbia conferiram atenção às problemáticas decorrentes da pandemia de Covid-19. Como mencionado, esse objetivo ganha relevância na medida em que a atenção é um recurso escasso, ou seja, os governos não conseguem estar atentos a todos os problemas presentes na agenda pública, selecionando certas problemáticas de acordo com determinados fatores (interesses próprios, negociações com aliados, pressões da sociedade etc.). De modo particular, a agenda simbólica é um passo fundamental, pois, nesse momento inicial da construção das políticas públicas, os tomadores de decisão podem testar argumentos, temas a serem priorizados, apoios ou rejeições, caminhando para seleções e decisões cujos custos políticos, posteriormente, se tornam mais onerosos.

Considerando esse foco, partimos da hipótese de que os diferentes ministérios da agricultura conferiram atenção diferenciada à pandemia ao longo de 2020, refletindo distintas orientações e posturas das Presidências da República sobre o tema. Parte dos resultados confirmaram essa hipótese ao evidenciarem que, enquanto o Minagri-Chile e o Minagricultura-Colômbia – cujos os presidentes dos países logo reconheceram a gravidade da pandemia e procuraram adotar medidas para evitar sua disseminação ou impactos – concentraram 100% de sua agenda simbólica às problemáticas associadas à Covid-19 em algumas semanas ao longo de 2020, o Mapa-Brasil – cujo presidente da República downplayed the pandemic and the crisis –, em apenas duas semanas (13 e 14), dedicou mais de 50% de sua atenção ao tema (respectivamente 77% e 55%). Por outro lado, também observamos semelhanças importantes entre os países. Nos três, a pandemia ocupou parte da agenda simbólica a partir de meados de março e foi perdendo força em meses seguintes, sobretudo no segundo semestre de 2020, considerando a resiliência (em comparação com outros setores) do setor agroalimentar.

Em um segundo momento, o artigo destacou a exploração de temas e problemáticas relativos aos sistemas alimentares priorizados pelos órgãos governamentais no enfrentamento ou em reação à pandemia. Tal objetivo ganha relevância, como mencionado, porque a pandemia foi interpretada por diversos autores e organizações internacionais como uma possível alavanca para as transformações necessárias dos sistemas alimentares em direção a práticas mais sustentáveis, saudáveis e justas. Embora a presença dessa interpretação na agenda pública, partimos da hipótese de que os temas abordados pelos ministérios da agricultura buscaram reproduzir a continuidade e a normalidade de dinâmicas e processos já estabelecidos.

De forma similar à hipótese anterior, parte dos resultados confirmaram essa hipótese. Ao analisarmos as postagens que traziam referência à Covid-19, observamos que, de modo geral, esses conteúdos procuraram dar continuidade a processos e ações em curso e visibilizar novas estratégias e recursos para enfrentamentos da pandemia e suas repercussões. Por outro lado, ao olharmos para o conjunto das postagens, observamos que no Mapa-Brasil despontavam algumas preocupações com a importância de fortalecer práticas sustentáveis como uma demanda dos mercados internacionais; no Chile ganhavam importância as preocupações com a promoção da alimentação saudável, dadas as problemáticas de má alimentação presentes no país; e, na Colômbia, ganhavam relevância ações mais inclusivas, sobretudo de reconhecimento, valorização e promoção dos camponeses e das mulheres rurais. Ainda que não tenham sido evidenciados tensionamentos mais expressivos, essas ênfases na agenda simbólica podem contribuir para a construção de caminhos e de agendas decisórias focadas na construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos.

Portanto, em conclusão, podemos afirmar que, embora a pandemia tenha repercutido sobre vários elementos relacionados à alimentação e aos sistemas alimentares (como demonstrado na introdução), ela permaneceu um tema marginal na agenda simbólica dos ministérios da

agricultura e, pelo menos no canal de comunicação oficial analisado, não estimulou debates sobre a importância de construir sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e inclusivos. Ao abordar o envolvimento dos ministérios da agricultura na pandemia e na transformação dos sistemas alimentares, este artigo chama a atenção dos estudos rurais para analisar o papel desses ministérios na orientação de questões, agilização de agendas e construção de caminhos para mudanças/permanências institucionais – questões ainda pouco exploradas na literatura.

Em termos de contribuições práticas para políticas públicas, os resultados deste trabalho podem estimular revisões na agenda simbólica e de decisão dos ministérios da agricultura para enfrentar os desafios contemporâneos. Além disso, embora haja um movimento crescente para que os governos construam sistemas alimentares mais sustentáveis, tais propostas colocam desafios para a agenda governamental, exigindo processos colaborativos, transparentes, inclusivos e intersetoriais (Kugelberg et al., 2021). Como comentado por Trübswasser et al. (2022, p. 2), “Pursuing a food systems approach increases the potential for conflict as more stakeholders and ministries—and therefore more viewpoints, preferences, constraints, and potential entry points—become involved. (...) Developing a shared agenda between these multiple stakeholders is a vitally important part of navigating challenges and conflicts and is key to designing food systems policies that maximize shared benefits and minimize risks.” Embora este artigo explore as questões abordadas pelo Ministério da Agricultura, é importante notar que o avanço na transformação dos sistemas alimentares exigiria articulação e coesão da agenda governamental e de decisão com outros ministérios e áreas governamentais.

Além dessas contribuições, este artigo oferece mais duas. A primeira diz respeito à aproximação das áreas de conhecimento (campos das políticas públicas, sociologia rural e sociologia da agricultura e da alimentação) que dialogam com pouca frequência. Há poucos trabalhos que mobilizam as abordagens analíticas do campo das políticas públicas para analisar as dinâmicas políticas dos sistemas alimentares. Em contraste, as áreas rural, agrícola e alimentar são menos abordadas (comparadas à saúde, educação, segurança, etc.) nesse campo disciplinar. A segunda corresponde aos debates sobre redes sociais e definição de agenda. Se a relação entre mídia tradicional (jornais, televisão, rádio) e agendas pública e governamental tem sido estudada desde as décadas de 1960/70, a relação destas com as redes sociais ainda é um tema recente, necessitando de mais análises (Gilardi et al., 2022; Lewandowsky et al., 2020; Feezell, 2017). Como comentado por Gilardi et al. (2022, p. 43), as redes sociais “are a relevant channel for political communication”; “they expand the number and types of actors who can potentially shape the agenda”; e “using social media, political actors can potentially reach the broader public via traditional media.”

Por fim, como visto aqui, as redes sociais dos ministérios da agricultura, enquanto canais oficiais de comunicação com o público em geral, podem ser recursos importantes para analisar a agenda governamental. Essas plataformas são ferramentas cotidianas (especialmente nos casos do Brasil e do Chile) para visualizar, testar e priorizar tópicos; construir cenários favoráveis para questões específicas; e comunicar e legitimar as agendas simbólicas e de decisão.

Contribuições dos autores:

Catia Grisa: concepção e desenho do estudo, análise e interpretação, redação do manuscrito, revisão crítica. Fernanda Castilhos França de Vasconcellos: coleta de dados, análise e interpretação, redação do manuscrito, revisão crítica; Ingrid de Paula Marques: coleta de dados, análise e interpretação, redação do manuscrito. Nicol Manuela García Gonzales: coleta de dados, análise e interpretação, redação do manuscrito. Isabela Zacher Narciso: coleta de dados. Todos os autores aprovaram a versão final do manuscrito.

Suporte financeiro:

Este estudo foi financiado pelo Concurso de Fomento à Vinculação Internacional para Instituições de Pesquisas Regionais, Redes ANID, Chile.

Conflitos de interesses:

As autoras declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação do conselho de ética:

Este estudo não exigiu aprovação de um comitê de ética, pois envolveu apenas a análise de conteúdos disponíveis publicamente na internet, sem interação com participantes humanos ou uso de dados sensíveis. Todos os dados utilizados na pesquisa foram acessados em conformidade com as diretrizes éticas e normas legais aplicáveis.

Disponibilidade de dados:

Os dados que sustentam os achados deste estudo estão disponíveis com o autor correspondente mediante solicitação razoável.

*** Autor correspondente:**

Catia Grisa. catiagrisaufrgs@gmail.com

Referências

- Altieri, M. A., & Nicholls, C. I. (2020). Agroecology and the emergence of a post-Covid-19 agriculture. *Agriculture and Human Values*, 37(3), 525-526. PMID:32398898. <http://doi.org/10.1007/s10460-020-10043-7>
- Andrade, M. P., Brasil, F. C., & Capella, A. C. N. (2021). Agenda governamental brasileira: discursos presidenciais e Mensagens ao Congresso (1995-2014). *Agenda Política*, 9(1), 280-306. <http://doi.org/10.31990/agenda.2021.1.10>
- Barbosa, L. G., Alves, M. A. S., & Grelle, C. E. V. (2021). Actions against sustainability: dismantling of the environmental policies in Brazil. *Land Use Policy*, 104, 105384. <http://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105384>
- Barros, L. A. (2022). A década mais que perda do Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 64, 41-67.
- Baumgartner, F., & Jones, B. (2015). *The politics of information: problem definition and the course of public policy in America*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., Munson, S., & Glaisyer, T. (2010). Engaging the public in Open Government: social media technology and policy for government transparency. *IEEE Computer*, 43(11), 53-59. <http://doi.org/10.1109/MC.2010.325>
- Blay-Palmer, A., Carey, R., Valette, E., & Sanderson, M. R. (2020). Post-COVID 19 and food pathways to sustainable transformation. *Agriculture and Human Values*, 37(3), 517-519. PMID:32427212. <http://doi.org/10.1007/s10460-020-10051-7>
- Brasil, F., & Capella, A. C. (2019). A dinâmica da atenção governamental sobre as políticas de saúde no Brasil: equilíbrio e pontuações nas primeiras décadas pós-redemocratização (1986-2003). *Saúde e Sociedade*, 26(3), 80-96. <http://doi.org/10.1590/s0104-12902019180570>

- Brasil. (2019). Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.
- Brasil. (2020). Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.
- Bricas, N. (2017). Urbanization issues affecting food systems sustainability. In C. Brand, N. Bricas, D. Conaré, B. Daviron, J. Debru, L. Michel & C.-T. Soulard (Eds.), *Designing urban food policies* (pp. 1-25). Cham: Springer.
- Capela, A. C. N. (2018) *Formulação de políticas públicas*. Brasília: ENAP.
- Capella, A. C. N., & Brasil, F. G. (2022). Prioridade em políticas públicas: mensagens ao congresso nacional na agenda governamental 1991/2020. *Revista de Sociologia e Política*, 30, e017. <http://doi.org/10.1590/1678-98732230e017>
- Chaqués-Bonafont, L., Palau, A. M., & Baumgartner, F. R. (2015). *Agenda dynamics in Spain*. Hampshire: Palgrave Macmillan. <http://doi.org/10.1057/9781137328793>.
- Chechi, L. A., & Grisa, C. (2020). Dos acordos globais às interpretações locais sobre agricultura sustentável: tradução e implementação do Plano e do Programa ABC. *Revista Confins*, 46. Recuperado em 4 de julho de 2024, de <https://journals.openedition.org/confins/31291>
- Chile. Ministério de Agricultura – MINAGRI. (2020a). *Cuenta pública participativa 2020*. Santiago: MINAGRI. Recuperado em 4 de julho de 2024, de <https://www.minagri.gob.cl/wp-content/uploads/2022/02/CUENTA-PUBLICA-MINAGRI-2020.pdf>
- Chile. Ministério del Interior y Seguridad Pública. (2020b). *Declara Estado de Excepción Constitucional de Catástrofe, por calamidad pública, en el territorio de Chile*. Santiago.
- Chile. Ministério de Agricultura – MINAGRI. Oficina de Estudios y Políticas Agrarias – ODEPA. (2022). *Seguridad alimentaria en tiempos de pandemia 2020-2021*. Santiago: MINAGRI/ODEPA.
- Chun, S. A., & Luna Reyes, L. L. (2012). Social media in government. *Government Information Quarterly*, 29(4), 441-445. <http://doi.org/10.1016/j.giq.2012.07.003>
- Cobb, R. W., & Elder, C. D. (1971). The politics of agenda-building: an alternative perspective for modern democratic theory. *The Journal of Politics*, 33(4), 892-915. <http://doi.org/10.2307/2128415>
- Colômbia. (2018). Resolución número 000417 de noviembre 7 de 2018. Manual específico de funciones, requisitos y competencias laborales. *Diario Oficial*, Bogotá, D. C.
- Colômbia. (2020a). Decreto 417 de 2020, por el cual declara un Estado de Emergencia Económica, Social y Ecológica en todo el territorio Nacional. *Diario Oficial*, Bogotá, D. C.
- Colômbia. (2020b). Ley 2046 de 2020, por la cual se establecen mecanismos para promover la participación de pequeños productores locales agropecuarios y de la agricultura campesina, familiar y comunitaria en los mercados de compras públicas de alimentos. *Diario Oficial*, Bogotá, D. C.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. (2020a). *La pandemia del Covid-19 profundiza la crisis de los cuidados en América Latina y el Caribe*. Santiago. Informes Covid-19.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. (2020b). *Compilación de estadísticas de cuentas nacionales, balanza de pagos y comercio exterior en el marco de la emergencia sanitaria de la enfermedad por coronavirus (Covid 19)*. Santiago. Informes Covid-19.
- Comisión Intersectorial de Seguridad Alimentaria y Nutricional – CISAN. (2021). *Hoja de ruta: Colombia avanza hacia sistemas alimentarios equitativos, saludables, sostenibles y resilientes*. Bogotá, Colombia.
- Del Grossi, M. (2020). *Efeitos crise Covid: análise nacional e agricultura familiar*. Brasília: Centro de Gestão da Agricultura Familiar e Inovação. CEGAFI/Unb. Informativo julho.

- Delgado, N., & Zimmermann, S. A. (2023). Políticas públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (re)construção. In E. M. Yokoo, E. Verly Junior, G. Flexor, G. Noronha, I. Bezerra, J. Wilkinson, K. Kato, L. Burlandy, M. Araújo, N. Delgado, R. Maluf, R. Pereira, R. Sichieri, S. Leite & S. Zimmermann (Eds.), *Alimentação e Nutrição no Brasil: perspectivas na segurança e soberania alimentar*. Rio de Janeiro: Edições Livres; Fundação Oswaldo Cruz.
- Feezell, J. T. (2017). Agenda setting through social media: the importance of incidental news exposure and social filtering in the digital era. *American Politics Research*, 45(1), 1-13. Recuperado em 04 de julho de 2024, de <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1065912917744895>
- Food and Agriculture Organization – FAO. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. (2020a, maio 20). *Sistemas alimentarios y Covid-19 en América Latina y el Caribe: impacto y riesgos en mercado laboral* (Boletín, No. 5). Rome: FAO.
- Food and Agriculture Organization – FAO. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. (2020b, abril 29). *Análisis y respuestas de América Latina y el Caribe ante los efectos del COVID-19 en los sistemas alimentarios* (Boletín, No. 2). Rome: FAO.
- Food and Agriculture Organization – FAO. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. (2020c, julho 29). *Sistemas alimentarios y Covid-19 en América Latina y el Caribe: impacto y oportunidades en la producción de alimentos frescos* (Boletín, No. 11). Rome: FAO.
- Food and Agriculture Organization – FAO. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. (2020d, agosto 13). *Sistemas alimentarios y Covid-19 en América Latina y el Caribe: impacto y oportunidades en la producción de alimentos frescos* (Boletín, No. 12). Rome: FAO.
- Food and Agriculture Organization – FAO. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. (2020e, outubro 7). *Sistemas alimentarios y Covid-19 en América Latina y el Caribe: impacto y oportunidades en la producción de alimentos frescos* (Boletín, No. 16). Rome: FAO.
- Food and Agriculture Organization – FAO. Federación Latinoamericana de Mercados de Abastecimiento – FLAMA. (2020f). *Los mercados mayoristas: acción frente al Covid-19* (Boletín, No. 5). Santiago: FAO/FLAMA.
- Food and Agriculture Organization – FAO. (2020g). *The state of food security and nutrition in the world 2020*. Rome: FAO. Recuperado em 04 de julho de 2024, de <https://www.fao.org/3/ca9692en/ca9692en.pdf>
- Food and Agriculture Organization – FAO. (2021). *The State of Food and Agriculture 2021. Making agrifood systems more resilient to shocks and stresses*. Rome: FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4476en>.
- Food and Agriculture Organization – FAO. (2022a). *The state of food security and nutrition in the world 2022*. Rome: FAO. Recuperado em 04 de julho de 2024, de <https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>
- Food and Agriculture Organization – FAO. Unión Europea. Centro de Cooperación Internacional en Investigación Agronómica para el Desarrollo – CIRAD. (2022b). *Perfil de sistemas alimentarios – Colombia: catalizar la transformación sostenible e inclusiva de nuestros sistemas alimentarios*. Rome: FAO. <http://doi.org/10.4060/cc2298es>.
- Gilardi, F., Gessler, T., Kubli, M., & Müller, S. (2022). Social media and political agenda setting. *Political Communication*, 39(1), 39-60. <http://doi.org/10.1080/10584609.2021.1910390>.
- Gill, M., Den Boer, A. C. L., & Kok, K. P. (2018). *A systems approach to research and innovation for food system transformation* (No. FIT4FOOD2030). Technological University Dublin. Recuperado em 04 de julho de 2024, de <https://fit4food2030.eu/eu-think-tank-policy-brief/>
- Gordon, L. J. (2020). The Covid-19 pandemic stresses the need to build resilient production ecosystems. *Agriculture and Human Values*, 37(3), 645-646. PMID:32836746. <http://doi.org/10.1007/s10460-020-10105-w>

- Grisa, C., & Porto, S. I. (2023). Food policies and sectorial referentials in the Brazilian trajectory. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(3), e259390. <http://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390en>
- Grisa, C., Sabourin, E., Eloy, L., & Maluf, R. (2023). *Systèmes alimentaires et Territoires au Brésil*. Montpellier: Presses Universitaires de la Méditerranée.
- He, Y., Luo, B., Zhao, L., & Liao, S. (2022). Influences of the Covid-19 pandemic on obesity and weight-related behaviors among Chinese children: a multi-center longitudinal study. *Nutrients*, 14(18), 3744. PMID:36145119. <http://doi.org/10.3390/nu14183744>
- High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition – HLPE. (2020). *Impacts of Covid-19 on food security and nutrition: developing effective policy responses to address the hunger and malnutrition pandemic* (HLPE Issue Paper). Rome.
- International Panel of Experts on Sustainable Food Systems – IPES-Food. (2016). *From uniformity to diversity*. Belgium: IPES Food.
- International Panel of Experts on Sustainable Food Systems – IPES-Food. (2020). *Le Covid-19 et la crise dans les systèmes alimentaires: symptômes, causes et solutions potentielles* (Communiqué d'IPES-Food). Belgium: IPES Food.
- Jensen, M. (2021). Transformación de los sistemas alimentarios en Chile: cambio de uso de suelo y comercio internacional. *Estudios Internacionales*, (199), 61-90. <http://doi.org/10.5354/0719-3769.2021.59273>
- Kingdon, J. (2006). Juntando as coisas. In E. Saravia & E. Ferrarezi (Eds.), *Políticas públicas* (Coletânea, No. 1, pp. 225-246). Brasília: ENAP.
- Kugelberg, S., Bartolini, F., Kanter, D. R., Milford, A. B., Pira, K., Sanz-Cobena, A., & Leip, A. (2021). Implications of a food system approach for policy agenda-setting design. *Global Food Security*, 28, 100451. PMID:33738183. <http://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100451>
- Lewandowsky, S., Jetter, M., & Ecker, U. K. H. (2020). Using the president's tweets to understand political diversion in the age of social media. *Nature Communications*, 11(1), 5764. PMID:33173060. <http://doi.org/10.1038/s41467-020-19644-6>
- Lytras, S., Xia, W., Hughes, J., Jiang, X., & Robertson, D. L. (2021, August 17). The animal origin of SARS-Cov-2. *Science*. Recuperado em 04 de julho de 2024, de <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abh0117>
- Meyer, B. (2020). *Pandemic populism: an analysis of populist leaders' responses to Covid-19*. Tony Blair Institute for Global Change.
- Naciones Unidas. (2022). *Sistemas alimentarios frente a la actual crisis climática: desafíos y recomendaciones del Sistema de Naciones Unidas para Chile*. Santiago. Recuperado em 04 de julho de 2024, de https://www.dinta.cl/wp-content/uploads/2023/01/sistemas-alimentarios_OK.pdf
- Néron, M. L., & Mateluna, P. V. (2022). Public policies and the food systems in Chile. In J. F. Le Coq (Ed.), *Public policies and food systems in Latin America* (pp. 199-225). Montpellier: Quae Éditions.
- Niederle, P. A., & Wesz Junior, V. (2020). *Agrifood System transition in Brazil: new food orders*. London: Routledge. <http://doi.org/10.4324/9781003028123>
- Orjuela, N. G., & Matamoros, S. E. C. (2022, agosto 19). La pandemia empeoró crisis alimentaria de los colombianos. *Política y Sociedad*.
- Pineda, A. M. R., Amorim, T. M. A. X., Villarreal, V. I. H., Mendivil, L. L. L., Oliveira, J. S., Cesse, E. A. P., Souza, N. P., & Lira, P. I. C. (2023). Da produção aos impactos na saúde e no ambiente: uma análise dos sistemas alimentares de Brasil, Colômbia e Panamá. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(4), 1101-1112. PMID:37042891. <http://doi.org/10.1590/1413-81232023284.13382022>

- Preiss, P. V. (2020). Challenges facing the Covid-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. *Agriculture and Human Values*, 37(3), 571-572. PMid:32398892. <http://doi.org/10.1007/s10460-020-10062-4>
- Preiss, P., & Schneider, S. (2020). *Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Rastoin, J. L. (2020). Editorial: crises sanitaires, résilience et refondation des systèmes alimentaires. *Systèmes Alimentaires. Classiques Garnier*, 5, 17-31.
- Rede Penssan. (2022). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert.
- Rennó, L., Avritzer, L., & Carvalho, P. D. (2021). Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (36), 247120. <http://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.247120>
- Rossi, P., & Mello, G. (2017). *Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré* (Nota do Cecon, No. 1). Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica.
- Segata, J., Beck, L., Muccillo, L., & Lazzarin, G. A. (2021). A Covid-19, a indústria da carne e outras doenças do capitalismo. In G. C. Matta, S. Rego, E. P. Souto & J. Segata (Eds.), *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* (pp. 73-86). Rio de Janeiro: Observatório Covid 19, Editora Fiocruz.
- StatCounter. (2024, julho 4). *GlobalStats: social media stats worldwide*. Recuperado em 04 de julho de 2024, de <https://gs.statcounter.com/social-media-stats#monthly-202201-202212>
- Swinburn, B., Kraak, V. I., Allender, S., Atkins, V. J., Baker, P. I., Bogard, J. R., Brinsden, H., Calvillo, A., De Schutter, O., Devarajan, R., Ezzati, M., Friel, S., Goenka, S., Hammond, R. A., Hastings, G., Hawkes, C., Herrero, M., Hovmand, P. S., Howden, M., Jaacks, L. M., Kapetanaki, A. B., Kasman, M., Kuhnlein, H. V., Kumanyika, S. K., Larijani, B., Lobstein, T., Long, M. W., Matsudo, V. K. R., Mills, S. D. H., Morgan, G., Morshed, A., Nece, P. M., Pan, A., Patterson, D. W., Sacks, G., Shekar, M., Simmons, G. L., Smit, W., Tootee, A., Vandevijvere, S., Waterlander, W. E., Wolfenden, L., & Dietz, W. H. (2019). The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change. *The Lancet Commission report. Lancet*, 393(10173), 791-846. [http://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](http://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)
- Trübswasser, U., Hawkes, C., Andridge, C., Ledlie, N., Flory, A., & Nyaku, A. (2022). *Brief III: taking a food systems approach to policymaking: developing a shared agenda*. London: Centre for Food Policy at City, University of London and Results for Development (R4D).
- World Health Organization – WHO. (2020). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) situation report* (No. 71). Geneva: WHO.
- Zahariadis, N. (2016a). *Handbook of public policy agenda setting*. Cheltenham: Edward Elgar. <http://doi.org/10.4337/9781784715922>.
- Zahariadis, N. (2016b). Setting the agenda on agenda setting: definitions, concepts, and controversies. In N. Zahariadis (Ed.), *Handbook of public policy agenda setting* (pp. 1-25). Cheltenham: Edward Elgar. <http://doi.org/10.4337/9781784715922.00007>.

Recebido: Julho 04, 2024

Aceito: Setembro 30, 2024

JEL Classification: Q18

Editor associado: Miguel Angelo Perondi